

Para economista da FGV, aumento do salário mínimo não é eficaz na distribuição de renda

(Não Assinado)

Publicada em 01-03-2008 17h44

Agência Brasil /

(1/3/2008) Há dez anos, o aumento do salário mínimo tinha impacto muito forte na redução da pobreza, mas hoje os dados analisados pelos institutos de pesquisa mostram que boa parte dos efeitos positivos desse aumento foi perdida. A avaliação é do economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), Marcelo Néri. Em entrevista à Agência Brasil, ele explicou que o aumento exerce tanto efeitos positivos quanto negativos na economia e alertou que nas áreas pobres pode causar mais desemprego e informalidade do que o próprio ganho conquistado.

Tanto pode aumentar o salário das pessoas como fazer com que elas percam o emprego ou a carteira de trabalho. "No lado fiscal, melhora a renda de mais de 12 milhões de pensionistas e aposentados do INSS, aquece a economia local, mas por outro lado tem um impacto importante nas finanças municipais, já que existe maior proporção de funcionários públicos municipais atrelados ao mínimo do que no próprio segmento de empregadas domésticas", disse.

Néri informou que o impacto nas contas públicas com a Previdência equivale a aproximadamente 12% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas produzidas no país).

E disse ainda que foram criados mecanismos alternativos mais eficazes para diminuir a pobreza: O caminho do salário mínimo é um caminho mais longo, mais tortuoso, mais indireto, que não pega tanto os mais pobres. Há dez anos, além de o salário mínimo estar num nível muito mais baixo, não havia esses caminhos alternativos, verdadeiros atalhos para a redução da pobreza.

Segundo o economista, atualmente, o impacto do Bolsa Família é bem maior que o do salário mínimo sobre a população pobre: Cada real que se gasta em aumento do Bolsa Família impacta a pobreza duas vezes e meia mais do que cada real que se gasta em salário mínimo.